

Dossiê "História e
Patrimônio na América
Latina: Diálogos críticos"

Fábio Cabral Durso

ABORDAGENS SOBRE MEMÓRIA SOCIAL À LUZ DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Abordagens sobre Memória Social à luz do Patrimônio Cultural

Approaches to Social Memory from the perspective of Cultural Heritage

Aproximaciones a la Memoria Social a la luz del Patrimonio Cultural

Fábio Cabral Durso¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo examinar diferentes abordagens sobre memória social e identidade no espectro que envolve as questões inerentes ao patrimônio cultural. A partir de uma revisão bibliográfica utilizada na disciplina “Seminário de Memória e Identidade” do curso de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, busca-se estabelecer debates sobre os vínculos primordiais que se inserem dentro do campo da memória social, identidade e patrimônio. As discussões deste trabalho, orientadas pelas perspectivas de autores como Joël Candau, Paul Ricoeur, Henri Bergson, Néstor Canclini, Maurice Halbwachs e Manuel Castells, apontam que a memória e a identidade, por serem construções discursivas e objetos de estudos transdisciplinares, podem ser analisadas tanto como recursos quanto como condicionantes de representações sociais, possibilitando ressonâncias nas práticas patrimoniais. Os argumentos teóricos e conceituais evidenciam que a memória, juntamente com o patrimônio, assume sua função social dentro de uma ordem política.

Palavras-chave: Memória Social. Identidade. Patrimônio Cultural.

Abstract: This article aims to examine different approaches to social memory and identity in the spectrum that involves questions inherent to cultural heritage. Based on a bibliographical review, the aim is to establish debates about the primordial links that are inserted within the field of social memory, identity and heritage. The discussions in this work point out that memory and identity, as they are discursive constructions and objects of transdisciplinary studies, can be analyzed both as resources and as conditions for social representations, enabling resonances in heritage practices. The theoretical and conceptual arguments show that memory, together with heritage, assumes its social function within a political order.

Keywords: Social memory. Identity. Cultural heritage.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo examinar diferentes enfoques sobre la memoria social y la identidad en el espectro que involucra cuestiones inherentes al patrimonio cultural. A partir de una revisión bibliográfica, se pretende establecer debates sobre los vínculos primordiales que se insertan en el campo de la memoria social, la identidad y el patrimonio. Las discusiones en este trabajo apuntan que la memoria y la identidad, en tanto construcciones discursivas y objetos de estudios

¹ Sociólogo e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, na Universidade Federal de Pelotas. Contato: fabiodurso@outlook.com.

transdisciplinarios, pueden ser analizadas tanto como recursos como condiciones para las representaciones sociales, posibilitando resonancias en las prácticas patrimoniales. Los argumentos teóricos y conceptuales muestran que la memoria, junto con el patrimonio, asume su función social dentro de un orden político.

Palabras clave: Memoria social. Identidad. Patrimonio cultural.

Introdução

Os estudos sobre a memória social, especificamente aqueles que a privilegiam como campo de investigação², são abundantes em diversas disciplinas que abordam o assunto e possuem uma complexa delimitação conceitual. Diferentes autores já abordaram a memória como um conceito polissêmico que perpassa os vieses teóricos, tanto nas ciências humanas quanto nas neurociências, ainda que diversas pesquisas apontem para a memória como um conceito relacionado ao campo social, ético e político, adotando-a como objeto de análise. O ato de lembrar além da busca pelo passado para utilizá-lo no presente. Trata-se de um exercício de revisões, análises, discussões e conhecimentos no qual a memória depende da formação da identidade como fator de fortalecimento para o seu processo de construção e reconstrução.

Apoiando-se em conceitos de teóricos como Maurice Halbwachs, Joël Candau, Henri Bergson e Paul Ricoeur, este trabalho parte do pressuposto que o conhecimento sobre os fatos do passado está amparado na consciência da memória individual, coletiva e (ou) social.

² Os estudos sobre memória social surgem na Europa e nos Estados Unidos no início do século XX, guiados por grandes eventos e convulsões sociais traumáticas, bem como por políticas que utilizavam a memória como suporte. Muitos pesquisadores como o filósofo Henri Bergson e o sociólogo Maurice Halbwachs preocupavam-se com os usos políticos do passado e da História para a reconstrução das identidades nacionais. Na década de 1980, a memória social foi sendo operacionalizada com maior frequência dentro das ciências humanas e sociais para entender determinados fenômenos em torno das práticas relacionadas ao patrimônio cultural e suas questões de representação.

O papel da memória social não nos conduz somente a reconstituir tal passado, mas a reconstruí-lo em relação às querelas que surgem a partir de nossa perspectiva no presente. Sendo assim, este artigo se orienta pela percepção de que a memória constitui um recurso e um condicionante de representação social dentro de um viés histórico, social e político.

Devido aos diferentes sentidos e significados que o conceito de memória social possui, juntamente com seus “usos e abusos”³, essas conceitualizações devem ser colocadas à luz das práticas patrimoniais. Pensar e discutir a memória associada ao patrimônio abre possibilidades para novas intersecções e interpretações, ou, dito de outro modo, tem-se a oportunidade de perceber como a memória, em vez de ser somente evocada, pode ser recriada, estabelecendo-se outras formas de representação no âmbito individual e no aspecto social, dispondo de novos conhecimentos para se investigar as problemáticas contemporâneas do patrimônio cultural. Se, por um lado, a noção de patrimônio ora é vista como um objeto que preconiza e transmite a memória, por outro, percebe-se que a patrimonialização⁴ é um ato social por meio do qual os indivíduos atribuem valores aos objetos e formulam questões patrimoniais, fortalecendo suas identidades⁵.

³ Na perspectiva dos estudos de Paul Ricoeur (2007) sobre os usos e abusos da memória e do esquecimento que são fundamentais para analisarmos tais problemáticas.

⁴ De acordo com Candau (2009, p. 49), a patrimonialização possui o papel de legitimar uma narrativa coletiva de um passado compartilhado.

⁵ Vale ressaltar que a mobilização de valores para a construção das referências identitárias é posta por meio de agentes, como por exemplo, o Estado. Segundo Llorenç Prats (2005), a “ativação patrimonial” é dada por esse processo. Ver em: PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 21, Buenos Aires, p. 17-35, 2005.

Posta essa premissa, este artigo apoia-se em uma abordagem metodológica baseada em uma revisão bibliográfica interdisciplinar e transdisciplinar, utilizando, por exemplo, os trabalhos de H. Bergson (1999), C. Rosário (2002), M. Halbwachs (2004), P. Ricoeur (2007), N. Peralta (2007), J. Gondar (2016), J. Candau (2009, 2011), dentre outros autores que abordam o conceito de memória como um fenômeno social e suas ligações diretas e indiretas com o patrimônio. Utiliza-se também os estudos de N. G. Canclini (1997) e M. Castells (2018), que descrevem e classificam o conceito de identidade no mundo contemporâneo. Ao trazer esses autores para o debate, constata-se que a memória e o patrimônio estão imbricados no registro e em sua conservação, processo em que verifica-se a possibilidade de armazenar testemunhos, imagens, documentos e diversos conhecimentos que forjam uma determinada identidade cultural. O artigo também discute a memória como um aspecto social que leva em consideração as disputas e conflitos sociais no processo de escolha e constituição das memórias coletivas.

Além desta breve introdução, o texto divide-se em alguns eixos, que serão os condutores das reflexões analisadas a partir dos autores mencionados. Em um primeiro momento busca-se o desenvolvimento da revisão histórica do campo, entrelaçando os conceitos de memória social, memória cultural e esquecimento, justapostos com a construção discursiva da identidade. Na segunda parte, o trabalho direciona tais abordagens conceituais e teóricas para a atual compreensão das práticas patrimoniais. Por último, em conclusão, são realizados os apontamentos finais.

Breves aspectos da memória social, identidade e esquecimento

No cenário contemporâneo, correspondente à sociedade da informação e do conhecimento, a memória pode ser colocada como uma questão mais do que necessária, sobretudo porque ela mostra certos “fragmentos” que estão imbricados de modo conjunto e íntimo com a identidade social. Ao analisar a memória como um dispositivo que em determinado momento deve ser lembrado e em outro deve ser esquecido, tem-se a possibilidade de “refazer”, fortalecer ou até mesmo “apagar” identidades sociais conforme o interesse de grupos que dispõem de determinado poder.

Conforme Huysen (2000, p. 9), a memória tornou-se uma das mais relevantes preocupações culturais e políticas nas sociedades ocidentais, sendo sua indissociabilidade do espaço e da temporalidade uma de suas características mais pujantes. Sendo assim, os discursos da memória mostram-se presentes em grande parte da cultura contemporânea. Huysen (2000) afirma também que a memória tornou-se uma obsessão cultural em proporções monumentais: ainda que seus discursos possam parecer de certo modo um fenômeno global, observa-se que, em seu núcleo, ainda permanecem ligados às narrativas históricas de grupos específicos presentes em diferentes Estados nacionais⁶.

Dentro da perspectiva da neurociência, Iván Izquierdo (2013) levanta a problemática de que não há tempo sem o conceito de memória e não há presente sem o conceito de tempo. Além disso, não é possível conceber a realidade sem relacionar a memória com as noções de presente, passado e futuro. Segundo Izquierdo, ao se fazer menção à palavra memória, a primeira ideia que se tem relaciona-se às memórias individuais armazenadas no cérebro por meio das

⁶ Para o autor, o lugar político das práticas de memória é ainda nacional e não pós-nacional ou global.

experiências adquiridas ao longo do tempo. O que nos conduz a pensar que não existe memória sem aprendizagem e tampouco aprendizagem sem experiências. Segundo este pesquisador, todo ato de evocação da memória é um ato único e individual.

Tomando como base uma revisão histórica e conceitual, é no antagonismo entre percepção e lembrança que se estabelece o debate filosófico do francês Henri Bergson, no livro “Matéria e Memória”, lançado pela primeira vez em 1886. Nesta obra clássica, Bergson (1999) concentra sua análise na percepção de que cada imagem já encontra-se formada no indivíduo e é conduzida por ela sempre presente no seu corpo. As imagens que correspondem ao passado sobrevivem e chegam até nós por meio das lembranças, que são frutos da memória. É por meio das imagens-lembranças que os dados contidos no presente são involucrados nas reminiscências das experiências passadas dos sujeitos. Tais lembranças movem nossas percepções reais, considerando a memória como o envolvimento da relação do corpo presente com o passado, o qual interfere diretamente no processo das representações⁷.

Paralelamente, partindo de um ponto de vista que envolve os campos disciplinares da Sociologia, da Antropologia e da História, além de outras áreas das Ciências Humanas, a memória é analisada como um dispositivo que tem a responsabilidade de proporcionar ao indivíduo o sentimento de pertencimento, tanto no âmbito individual como na esfera social. Além do mais, os atos mnemônicos podem estabelecer ou ressignificar acontecimentos do passado, em virtude

⁷ Bergson (1999) parte do pressuposto da diferenciação entre a memória-hábito e a lembrança pura, sendo que a primeira está relacionada aos mecanismos motores e é adquirida pelo esforço da atenção e repetição dos aspectos sociais. Por outro lado, a lembrança pura ocorre independentemente de qualquer hábito, o que constitui, segundo Bergson, uma forma autêntica de “ressureição do passado”.

do fato de a memória não se caracterizar apenas pelo seu processo de “resgate” ou reconstituição de tais fatos, mas também por sua capacidade de estabelecer a reconstrução do presente para o passado.

Um dos precursores a tratar desse assunto, o sociólogo francês Maurice Halbwachs (2004) estabelece que a memória é algo do âmago do conhecimento coletivo, e tal conhecimento é contextualizado culturalmente entre os indivíduos e refletido diretamente nas relações identitárias⁸. A memória é explorada como esse elemento importante para a compreensão de construção e reconstrução das identidades. Halbwachs inaugurou, assim, dentro do campo das Ciências Sociais, o conceito de memória coletiva com o status epistemológico. Halbwachs (2004), apoiado numa tradição sociológica francesa⁹, analisou os fenômenos sociais que condicionam a construção da memória. Nesta perspectiva epistêmica, a memória depende da relação do indivíduo com as diferentes instituições formadoras do sujeito, como a família, a escola, a religião, o exercício profissional e os outros grupos que fazem parte de sua referência. Tanto Halbwachs (2004) quanto Bergson (1999), consideravam a base da memória o momento presente, entretanto, Halbwachs, contrariando¹⁰ a tese de Bergson, não percebia a existência de uma

⁸ O conceito de memória coletiva tem sua importância partir da obra póstuma de Maurice Halbwachs denominada *La Mémoire Collective* (A Memória Coletiva), lançada originalmente em 1950, onde o sociólogo francês ratifica que não há como recordamos sem os marcos sociais, pelo fato de que todas as nossas recordações são de caráter coletivo. Entretanto, vale destacar que foi em 1925, pela obra intitulada *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* (Os Quadros Sociais da Memória), onde Halbwachs sistematizou a visão da memória em termos sociológicos, contra o individualismo e subjetivismo da memória analisado por Henri Bergson.

⁹ Vale ressaltar que Maurice Halbwachs tinha em seus estudos a influência do sociólogo Émile Durkheim.

¹⁰ Halbwachs reconhece a memória-hábito trabalhada por Henri Bergson. Entretanto, para o sociólogo, a memória é uma construção social, onde a memória coletiva fornece um conjunto de estruturas que nos ajudam a lembrar e a reconstruir o

memória pura ou um passado autêntico a partir da memória. Para o sociólogo, as imagens não estavam vinculadas ao espírito humano ou a uma consciência interna do indivíduo, mas sim às representações coletivas¹¹, influenciadas por grupos sociais que ajudam a reconstruir o passado. Ou seja, a memória coletiva, conforme Halbwachs, fornece um conjunto de estruturas que dão suporte à reconstrução do passado.

Peralta (2007, p. 5), ao discutir alguns dos trabalhos de Halbwachs, demonstra que a função principal da memória, quando encarada como imagem do passado, é a de promover laços e integrar os membros de um grupo com base no seu passado coletivo. Ou seja, a memória coletiva para Halbwachs é o lócus que sustenta a identidade do grupo, a qual precede a memória individual, determinando seu conteúdo. Em outras palavras, mesmo sendo o ato de lembrar um ato de característica particular e próprio, o indivíduo só o fará enquanto for membro de um determinado grupo social. Neste sentido, as contribuições Halbwachs (2004) apontam que todos os grupos sociais desenvolvem sua memória por meio do passado coletivo. A memória apresenta-se como indissociável do sentimento de identidade, que permite identificar um grupo e distingui-lo dos demais, devido ao fato de que as memórias existem porque fazem parte de um conjunto de valores que são comuns a todos.

passado. Para Halbwachs o passado não se apresenta novamente por essa a memória pura analisada por Bergson, mas sim num processo de reconstrução

¹¹ Para Halbwachs, a família, a classe social e a religião formam um conjunto de molduras que ajudam a reconstruir o passado.

Colacrai (2010) afirma que Halbwachs, ao escrever sobre os marcos sociais da memória¹², acertou ao detectar a capacidade da memória de construir vínculos com os indivíduos e fortalecer a coesão dos grupos sem coerção, mas por meio de uma adesão afetiva desse grupo. Porém, algumas críticas devem ser observadas nesse ponto, uma vez que a visão positivista de Halbwachs, influenciada por Durkheim¹³, se fecha na possibilidade de pensar a memória como um processo de produção de sentido acerca do passado. Para o pesquisador, essa visão positivista acerca da memória impede de analisar os processos de construção como forma específica de dominação e de violência simbólica.

A partir do conceito de memória, torna-se possível compreender os processos sociais e individuais de estar no mundo e na busca construção de sentidos. Os quadros sociais da memória discutidos por Halbwachs (2004) são vistos para além de pontos de referência para as lembranças. Quer dizer, eles são a permanência da condição da vida humana em sociedade no presente. Graeff e Grebin (2018, p. 67), analisam tais questões e concebem a memória a partir da noção que é generalizada e perceptível nas sociedades modernas, nas quais podemos conjugar os quadros sociais relacionados ao tempo, espaço e linguagem.

¹² Os marcos ou quadros sociais da memória, segundo Halbwachs (2004) representam um avanço fundamental na percepção em que os grupos influenciam a memória dos indivíduos. Ou seja, é por meio dos marcos sociais que é possível compreender a continuidade social, possibilitando a ideia de que só podemos lembrar efetivamente de algo, pelo fato de pertencermos a uma sociedade. Para o sociólogo, os quadros sociais da memória estão vinculados com o espaço, tempo (eventos e comemorações) e linguagem (parentesco, família, grupo de pertencimento).

¹³ No sentido de considerar a impessoalidade e a coerção que os fatos sociais exercem sobre os grupos. Nesse sentido, a memória está fundamentada em lugares, valores, instituições, imagens que constituem os marcos sociais e que tais marcos armazenam as memórias coletivas de diferentes grupos que interagem entre si.

Dentro de uma perspectiva teórica e conceitual mais recente, Jô Gondar (2016, p. 19-25) ao buscar proposições sobre o conceito, mostra que a memória é construída e reformulada pelos indivíduos toda vez que é evocada, apresentando noções polissêmicas que perpassam a interdisciplinaridade, relacionando-se com questões éticas e políticas dentro de um contexto plural. Gondar (2016) concebe a memória social como um processo no qual a representação é uma forma cristalizada de uma memória legitimada em determinada sociedade. Nos estudos sobre o tema, percebe-se que a memória cumpre um papel político, sobretudo nas relações de poder, dentro das quais se verifica a intencionalidade de exaltar determinados fatos e relativizar outros, envolvendo sua construção processual, não limitando o conceito apenas às questões de representação. Segundo Gondar, ao rememorar um ato ou um fato passado, constrói-se uma narrativa, um enredo ou uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja alcançar. Seja qual for o caminho teórico de abordagem dentro do campo, o investigador da memória social sempre estará comprometido ética e politicamente em suas pesquisas.

Ainda em sintonia com Gondar (2016), outra problemática a ser observada nessa discussão, é que a memória não deve ser analisada somente como um conjunto de arquivos de representações ou reduzida à identidade¹⁴, pois é preciso admiti-la como parte da esfera social, viva e em constante mudança na sua própria dinamicidade. Para isso, faz-se necessário entender as condições processuais de sua produção, juntamente com as tensões, os debates e os conflitos que

¹⁴ Segundo a autora, se pensarmos na memória simplesmente por esse ângulo, despreza-se todas as condições processuais de sua representação. Além disso, ao limitar a memória em relação à identidade, o pesquisador encontrará a problemática para perceber que quando a identidade é algo a ser preservado, a memória passa a trabalhar em função e na manutenção do mesmo. (GONDAR, p. 33).

contribuem para a sua concepção. Segundo a autora, todas as representações são inventadas e, com isso, é importante perceber a invenção e a “produção do novo” nas formulações da memória.

Ao analisar a memória social e suas ressonâncias, discute-se também o esquecimento. Nessa perspectiva, segundo Ricoeur (2007), a memória implica no esquecimento, pois as perdas são percebidas como algo indispensável à transformação da memória. De acordo com esse filósofo francês, é necessário entender o esquecimento como um ato que invariavelmente se encontra no presente. Sendo assim, a memória é o resultado paradoxal da relação entre o ato de lembrar e o ato de esquecer. Para uma memória se configurar (ser evocada), coloca-se a problemática de que a mesma é, antes de mais nada, fruto de uma seleção e de uma escolha dos indivíduos. Ricoeur (2007) também coloca em questão que o esquecimento deve ser analisado em igualdade com a memória e a história, pois, segundo o autor, é com o dano ou a fraqueza percebida na confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido.

Nesta mesma direção, Rosário (2014), em “O Lugar Mítico da Memória”, aponta que o papel da memória não é apenas de reconhecimento de conteúdos passados, mas um efetivo reviver que leva em si todo ou parte de um passado. De acordo com essa pesquisadora, o esquecimento é visto como a impermanência dentro da mortalidade. Em contraposição, o lugar da memória se dá na imortalidade. Dessa forma, chega-se ao entendimento que a memória está no presente e nos identifica como indivíduos e como coletividade, assumindo, então, a funcionalidade de reconectar o presente ao passado, projetando aspectos para o futuro.

Analisando sob outra ótica, Jan Assmann (2016) propõe analisar a memória sob um viés culturalista apoiado nas questões de tradição. O

pesquisador define a memória como a faculdade que nos capacita a formar a consciência da identidade, tanto em seu aspecto cultural como no âmbito coletivo. Esta identidade, por sua vez, está relacionada à temporalidade. Assmann (2016) aponta a memória cultural como uma forma de memória coletiva, baseada em uma esfera cultural, na qual Halbwachs não aprofundou suas análises. Neste sentido, ainda que a memória cultural esteja baseada em pontos fixos do passado, ela é exteriorizada, objetiva e armazenada em formas simbólicas. Portanto, segundo o autor, a memória só existe a partir da interação, numa coesão dos símbolos e indivíduos.

A memória cultural, segundo Assmann (2016), reside em um nível social, na qual se faz presente por meio de objetos ou construções que funcionam como lembranças, tais como monumentos, bibliotecas, museus, arquivos e outras instituições mnemônicas. A memória apresenta-se como uma estrutura e é percebida como um sistema aberto, um conhecimento dotado de um índice de identidade e um conhecimento sobre si. O autor ainda ressalta a diferenciação da memória cultural e a memória comunicativa, sendo a primeira ligada a uma espacialidade, por meios institucionais de transmissão, inerente ao elitismo e nunca igualitária. Já a segunda é caracterizada por sua forma difusa, envolvida na interação e competência social dos indivíduos, tendo sua sobrevivência na comunicação cotidiana. Dentro do viés culturalista, o autor propõe, em sintonia com Ricoeur (2007), que o esquecimento está diretamente ligado à memória, embora, para Assmann (2016), a durabilidade da memória dependa da permanência dos vínculos sociais de um determinado grupo ou sociedade.

Nesse aspecto, ao discutir a transversalidade da memória à luz do patrimônio, torna-se necessário, ainda, pontuar a função social da

identidade como um aparato instrumental. Dentro dessa ótica, Manuel Castells (2018), ao analisar os movimentos sociais, dentro daquilo que denomina sociedade em rede¹⁵, descreve a identidade como a fonte de significação e de experiência de um povo, com base nos seus atributos culturais. Porém, vale ressaltar que na construção de uma identidade há sempre relações de poder, sendo ela legitimadora, de resistência ou de projeto¹⁶. Para o autor as identidades são construídas culturalmente nas comunidades locais, e é por meio da memória coletiva que passam a constituir fontes específicas de identidade.

Complementando tal análise, Canclini (1997) aponta que nos diversos cenários culturais e no cruzamento das identidades torna-se necessário investigar as ordens que sistematizam as relações materiais e simbólicas entre os grupos. O antropólogo argentino discute a reorganização social do poder, no qual as identidades coletivas cada vez menos são encontradas nas cidades e em sua história, distante do seu palco constitutivo. O sistema de interação que desenvolve o processo da identidade aponta para a construção das identidades pós-modernas, na qual os discursos culturais são as bases primordiais para o processo de sua identificação. Percebe-se dessa forma que a elaboração do discurso da identidade perpassa os debates da memória. A construção de uma identidade está posta num processo

¹⁵ O sociólogo catalão denomina “sociedade em rede” os processos de dominação na era da informação. Para o autor, a difusão de redes promove uma mudança substantiva nos processos produtivos, nas relações de poder e na cultura. Dessa forma, a sociedade em rede coloca os processos de construção de identidades que modificam a novas formas de organização social.

¹⁶ Segundo Castells, a *identidade legitimadora* é formada pelas instituições dominantes, como por exemplo o nacionalismo e determinados grupos de poder. Já a *identidade de resistência* é criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas pela lógica de dominação e, por último, a *identidade de projeto* é construída por atores sociais que utilizam qualquer tipo de material cultural para construir uma nova identidade.

memorial que se relaciona com os fatos pretéritos, com o presente e com o esquecimento. Sendo assim, é imperioso discutir a identidade dentro de um discurso no qual a memória o faz na medida que possibilita que o indivíduo construa a narrativa a si mesmo.

É nesse entrelaçamento entre memória e identidade que o antropólogo francês Joël Candau (2011) afirma que “a memória é a identidade em ação”, e que, dentro de um espaço de estratégias identitárias, os indivíduos decidem por buscar diferentes representações, como os saberes, crenças, ritos etc. O autor avança e traz uma contribuição importante ao analisar os debates que se relacionam com os quadros sociais discutidos por Halbwachs na concepção de memórias, os quais, para Candau (2011), são, em teoria, “supostamente coletivas”¹⁷. A base central do seu pensamento está no tema do compartilhamento e da representação da memória no vínculo com a construção das narrativas identitárias¹⁸. Os esforços memoriais são esforços identitários na medida em que aproximam o passado do presente, sendo a memória em si construída por

¹⁷ Candau (2011) nos mostra que a memória coletiva do ponto de vista do Halbwachs é dada por “retóricas holíticas”. Quer dizer, o conceito de memória coletiva apresenta grandes narrativas. Além disso, os estados mentais são incomunicáveis e não podem ser observados de forma simultânea ou comum a todos. Da mesma forma em que as lembranças não promovem os mesmos sentidos simultaneamente em todos os indivíduos.

¹⁸ Candau (2011) propõe uma taxonomia das diferentes manifestações da memória, sendo: a) *memória de baixo nível e ou protomemória*, algo semelhante ao conceito de *habitus* formulado por Bourdieu, no qual é dada pela transmissão social que constitui um *ethos* ancoradas em práticas e códigos; b) *memória de alto nível*, na qual pode ser vista como a memória de recordação ou de reconhecimento e constituída também pelo esquecimento e; c) *metamemória*, é vista como a representação que cada indivíduo faz da sua memória e se dá quando a memória é reivindicada. Ou seja, o conhecimento que tem dela e o que diz dela. Vale informar que essa taxonomia, segundo o autor, é válida quando falamos de memória individuais, já nos grupos sociais ela pode ser anulada. A memória coletiva é uma *representação* que é acionada por determinadas sociedades.

representações sobre o passado de modo não homogêneo e muitas vezes conflitivo.

Em consonância com Candau (2009), a irrupção da memória no presente é denominada como “mnemotropismo”, em que essa “compulsão memorial” é manifestada de diversas formas, seja como comemorações, conflitos de memória, retrospecção generalizada, emergência de numerosas tradições ou outras formas de reminiscência. Candau (2009, p. 44), expõe que essa devoção patrimonial compulsiva está ligada de modo direto a esse “mnemotropismo” massivo contemporâneo. Sendo assim, torna-se necessário refletir sobre “as bases antropológicas” desse processo que está pautado pela “inflação de memória” ou “bulimia patrimonial”, conferindo à patrimonialização o poder de estabelecer vínculos, tendo como consequência a objetificação desproporcional da preservação e da busca patrimonial.

Candau (2009) assinala que não pode existir identidade sem memória e tampouco pode haver memória sem identidade. Ou seja, para o antropólogo a memória e a identidade dão forma e caracterizam a definição de patrimônio, sobretudo quando este, nas sociedades contemporâneas, possui a finalidade de ser um “aparelho ideológico de memória”. A memória pode ser assimilada como essa faculdade que constitui a identidade pessoal do indivíduo, permitindo aos sujeitos se pensarem como detentores de uma essência que permanece em um determinado tempo ou para perceber que o grupo do qual fazem parte é detentor de uma essência da mesma propriedade.

A busca por conservar o passado e produzir um patrimônio memorial demonstra a sensação de insuficiência dos indivíduos ao viverem isolados somente no tempo presente. Por isso, diversos

grupos mostram-se dedicados a encontrar ou produzir tudo em função dos seus traços, vestígios, relíquias e arquivos ou tudo aquilo que narra a sua própria trajetória, elementos que constituem as bases de sustentação do patrimônio cultural. Neste aspecto, “os traços detêm uma autoridade pela importância que lhes é conferida” (Candau, 2011, p. 159), sendo assim, percebe-se que a memória executa sua função no ordenamento dos resquícios do passado, o que dá substrato para a construção da narrativa desse passado e, por conseguinte, para a estruturação da identidade.

De acordo com as abordagens teóricas e reflexões discutidas neste trabalho, percebe-se que a memória atua como um condicionante e um mecanismo que constrói o passado no presente a partir do momento em que é acionada. Este fator mostra-se atual também nas ações e nos debates patrimoniais. A formulação de sentidos e significados da memória é percebida no presente no decorrer da rememoração e, por isso, ela deve estar sujeita a reavaliações. A memória e a identidade têm seus caminhos percorridos de forma conjunta, no entanto, é necessário observar os modos de produção e reprodução desses saberes que lhes são próprios. Portanto, torna-se necessário discutir a memória como um eixo central para as formações culturais e seu papel de representação, sobretudo nas suas vulnerabilidades, narrativas e na função política que se entrelaça de modo direto com o patrimônio cultural, conforme será tratado no tópico a seguir.

Memória e identidade na compreensão das práticas patrimoniais

Quando se mobilizam questões sobre as práticas patrimoniais, considera-se a associação dos conceitos de memória e identidade,

uma vez que o patrimônio assume uma posição privilegiada para discutir esses conceitos. O patrimônio¹⁹, em se tratando de um conceito historicamente construído²⁰, integra esse sentimento de reconhecimento e pertencimento dos indivíduos e grupos, o qual é atravessado pela identidade e, conseqüentemente, atesta e fortalece a memória numa relação de dualidade, conforme aponta Candau (2009). O patrimônio está diretamente vinculado às lembranças e às memórias, uma vez que elas são primordiais na práxis patrimonial, pelo fato de os bens culturais serem dotados de ações políticas de preservação em função da vinculação que possuem com as identidades culturais. Nesse mesmo entendimento, Dominique Poulot esclarece que “a história do patrimônio é a história da construção de sentido de identidade e, mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais” (Poulot, 1997, citado por Ferreira, 2006).

Em conformidade com Candau (2011, p. 158-159), é por meio do patrimônio que se produz uma identidade materializada, como uma espécie de relicário com uma noção de passado por meio do qual os grupos se dedicam a encontrar ou construir seus traços, vestígios,

¹⁹ O conceito de patrimônio perpassa os debates complexos que se relacionam com uma série de características e atores sociais, pelo qual este trabalho não tem por objetivo se aprofundar. Porém, de modo bastante sucinto, entende-se por patrimônio o conjunto de saberes, fazeres, práticas e seus produtos que remete à memória e a identidade de determinado grupo. Busca-se ainda uma compreensão para além do aspecto jurídico do conceito, trazendo o sentido de evocação e permanência do passado com a necessidade de preservar o significado e valor das identidades.

²⁰ Vale ressaltar que as ações de preservação e conservação do patrimônio no ocidente iniciaram no século XIX e início do século XX. Ao longo dos anos, foram realizadas diversas comissões, conferências e critérios para proteger e preservar os bens culturais num mundo pós-guerra. Já no Brasil, as primeiras políticas em torno das questões patrimoniais surgiram na década de 1930, por meio do anteprojeto de Mário de Andrade e outros intelectuais modernistas que corroboraram para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Hoje atual Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN).

arquivos ou as formas de permitir narrar a si mesmo por meio dos sociotransmissores²¹, que transformam a memória em um nível de compartilhamento da sua cultura. Dessa forma, percebe-se que o patrimônio possui a já mencionada capacidade de trabalhar com a memória, estimulando positivamente a identidade, a memória social, a narrativa histórica, o interesse de estabelecer ações de preservação e outras políticas patrimoniais.

À memória imputa-se, juntamente com o patrimônio, esse viés político, uma vez que persiste a intencionalidade de determinar quais bens culturais são suscetíveis de serem preservados e lembrados e quais devem ser esquecidos ou silenciados. Neste espaço de disputas e conflitos, a memória possui um caráter político dentro de uma perspectiva histórica, na qual é possível observar que a referência ao passado compartilhado tem a funcionalidade de manter a coesão de determinado grupo e de suas instituições sociais.

Nesta perspectiva, Ferreira (2012, p. 14) aponta que a reconstrução de um passado legítimo ocorre por mecanismos de institucionalização que normatizam a interação entre as políticas de memória²². Assim, serão os grupos sociais, em um último momento, aqueles que irão reelaborá-lo e transmiti-lo para as futuras gerações. Torna-se necessário, então, discutir os modos de legitimação do

²¹ Candau (2009, p. 52) percebe os sociotransmissores como algo similar aos neurotransmissores no cérebro. Porém os sociotransmissores estão presentes no âmbito da vida social, como os indivíduos e sua oralidade, objetos, lugares e outros recursos que possibilitam a evocação da memória.

²² A professora e pesquisadora Maria Letícia Mazzucchi Ferreira (2012, p.18-24) discute a relação entre memória, patrimônio, tradição e os usos do passado de modo análogo com as políticas públicas de patrimônio implementadas na cidade de São Lourenço do Sul, no Rio Grande do Sul. O trabalho citado faz um diálogo direto com o debate abordado neste artigo, onde é possível refletir sobre práticas patrimoniais no presente e sua imbricação com a memória. Para Ferreira (2012), as “políticas de memória” estão envolvidas com as crenças e as lembranças que dão origem às memórias compartilhadas com base na sua função política.

patrimônio e os valores atribuídos aos rastros do passado, analisando suas funções e sentidos em uma determinada conjuntura social. Ferreira (2012) questiona como se dá a construção de um consenso político que envolve o valor patrimonial e os diversos atores que dele participam. Neste sentido, deve-se ampliar a discussão, transpondo o estudo do patrimônio como conceito para abordar os processos de patrimonialização, enfatizando, sobretudo, os objetivos e relações de como tal tema é aplicado nos processos tangíveis e intangíveis. Utilizando a perspectiva de Candau (2009, p. 49), pode-se observar que a patrimonialização desempenha um papel fundamental na legitimação de uma narrativa coletiva de um passado compartilhado.

É pertinente assinalar, em concordância com Ferreira (2012, p. 14), que as políticas de patrimonialização, juntamente com a invocação do “dever de memória” e as diferentes memórias compartilhadas de uma comunidade, são posturas muitas vezes conflitivas, que visam arquitetar politicamente o passado. O processo de valorização do passado coloca o objeto patrimonial em um papel legitimado pela crença de um compartilhamento. Assim, o passado assume um valor e um significado, sendo compreendido como um bem comum do grupo ao qual está vinculado. Dessa forma, o passado é recriado no artifício da memória, ou melhor dizendo, sob o enfoque da metamemória que nos faz questionar e refletir sobre o papel do patrimônio como um conjunto de representações que é reivindicado na contemporaneidade (Candau, 2011).

A memória e a identidade possuem dinâmicas históricas que são determinadas no presente, uma vez que constituem o jogo social atual. Paralelamente, elas são o resultado da construção e reconstrução dos sujeitos sociais ao longo do tempo. A representação da memória social, expressada por meio de narrativas patrimoniais,

está intrinsecamente vinculada a discursos ideológicos específicos que refletem essa dinâmica social. Nesse contexto, apresenta-se a tarefa de seleção do que pode ser lembrado e (ou) esquecido no campo de embates políticos, econômicos e simbólicos. Merece destaque ainda a performance de narrativas de memórias coletivas, as quais não podem desconsiderar o poder imbricado às práticas patrimoniais, compreendidas como ações simbólicas que carregam significados²³. Ou seja, os fatos que devem ser rememorados ou que precisam ser esquecidos perpassam uma lógica de ordenamento no processo de constituição e compartilhamento da memória e identidade com suas representações. Neste sentido, percebe-se que o patrimônio legitimado é o lócus em essência dos suportes de memórias.

O campo do patrimônio cultural contém muitos exemplos que podem demonstrar os argumentos de Candau (2009). Muitas práticas patrimoniais e suas narrativas construídas são, de modo geral, carregadas de discursos performáticos de memórias coletivas de determinados grupos hegemônicos. Essas práticas atribuídas ao patrimônio nunca são neutras, homogêneas ou isentas, pois sempre haverá uma intencionalidade ou escolha marcada pelo contexto sócio-histórico no qual está inserido o grupo humano que as produziu. O patrimônio cultural, compreendido como lugar de expressão de memórias, tem a funcionalidade de reforçar o sentimento de pertencimento do indivíduo a uma cultura ou a um grupo social. Contudo, é oportuno observar com cautela a maneira como essas práticas patrimoniais são transmitidas, quem as transmite e o motivo

²³ Vale destacar que, em diferentes casos e situações, o patrimônio cultural (sobretudo material) é dotado de discursos homogeneizantes que invisibilizam as identidades culturais.

de serem compartilhadas, uma vez que são pontos mais que essenciais para se analisar as narrativas das performances das memórias e identidades ali presentes.

Por fim, torna-se fundamental encontrar nas entrelinhas o que está no campo da memória e o que foi selecionado para ser patrimonializado, percebendo como as memórias compartilhadas são representadas e legitimadas por meio dos discursos patrimoniais. É no âmbito das performances das memórias coletivas e das narrativas postas pela identidade que deve ser observado o poder que está atribuído ao patrimônio na construção de discursos de verdade e abusos de memória e esquecimento, como já discutido por Ricoeur (2007). Ou seja, é nessa tensão de forças e conflitos que está o campo da memória social e suas diferentes formas de representações. Diante dos movimentos e significados dos indivíduos, o passado é elaborado em função da memória, fazendo-nos refletir sobre os novos papéis do patrimônio no presente e suas projeções para o futuro.

Apontamentos finais

Este artigo buscou analisar diferentes contribuições que pautam a memória social e a identidade nas questões que direcionam as práticas e as políticas patrimoniais. Por meio de uma revisão bibliográfica transdisciplinar, o texto discutiu como o processo de valorização do passado pode ser utilizado nas práticas patrimoniais como um recurso de duração que é legitimado no compartilhamento das memórias acionadas. Sendo assim, a primeira parte do artigo teve por objetivo fazer uma retomada de alguns pontos teóricos e conceituais que envolvem a memória e a identidade e o esquecimento. Já a segunda parte buscou relacionar algumas ênfases

dos conceitos da memória e sua funcionalidade para refletir e questionar as práticas patrimoniais.

Infere-se que o passado assume uma condição valorativa no presente, sendo um recurso essencial em um determinado grupo social onde está vinculado. Desde uma perspectiva histórica, a primeira parte do trabalho buscou analisar pontos teóricos e conceituais sobre memória social, identidade e esquecimento, percebendo a função social e política da memória no ordenamento de resquícios ou “fragmentos” do passado, na construção das narrativas e seu vínculo direto com a identidade. Paralelamente discutiu-se que, ao se tratar a temática da memória, também torna-se necessário argumentar sobre o esquecimento, tendo como ponto de análise a relação entre a durabilidade da memória e a subsistência dos vínculos de um determinado grupo.

Por conseguinte, a segunda parte do trabalho apontou para a problemática da memória e identidade relacionada com práticas patrimoniais, tomando como entendimento que o patrimônio está inerentemente conectado a esses conceitos. Observou-se que a reconstrução de um passado legitimado intercorre em grande parte por meios institucionais que dão normatividade para a interação das políticas de memória.

Neste sentido, ressalta-se conclusivamente que o patrimônio possui, então, meios de acionar e estimular a memória e a identidade, sobretudo pelo fato de interrelacionar narrativas históricas, interesses nas ações de preservação e outras práticas patrimoniais. Isto é, a memória associada ao patrimônio possui um viés político devido ao fato que há a intencionalidade de escolher quais bens culturais são passíveis de serem preservados e quais devem ser esquecidos, formulando ou não suas políticas patrimoniais. Nesses antagonismos e

na tensão de forças das dinâmicas sociais que envolvem a memória e a identidade é possível observar as diferentes formas de representação social, resultado da construção e reconstrução dos sujeitos ao passar do tempo.

Neste sentido, o artigo apoiou-se na perspectiva posta por Candau (2009), segundo a qual o patrimônio é constituído por uma manifestação metamemorial, a qual dispõe de práticas recursivas com a finalidade de reivindicar a memória social e sua permanência e por meio da qual são formuladas e reforçadas narrativas de poder. No entendimento desta análise, conclui-se que o patrimônio é um meio de expressão cultural que, ao ser quando acionado e compartilhado por meio da memória social, pode ser encarado como base constituidora de uma ação coletiva entre diferentes grupos.

Referências bibliográficas

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. *História Oral*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 115-128, 2016. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/642>. Acesso em: 24 maio. 2023.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. Trad. Paulo Neves. 2 a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo EDUSP, 1997. p.283-350.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. *Memória em Rede, Pelotas*, v.1, n.1, jan/jul 2009, p. 43- 58.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. *In: O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

COLACRAI, P. Releyendo a Maurice Halbwachs. Una revisión del concepto de memoria coletiva. *La Trama de la Comunicación*, v. 14, p. 63-73, 2010.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzuchi. (2006). Patrimônio: discutindo alguns conceitos. *Diálogos*, 10(3), 79-88.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Entre memória e patrimônio: a difícil gestão do passado. *Historiae*, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 9-26, 2012. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/hist/article/view/3259/1936>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre a memória social. *In Por que memória social? / Amir Geiger ... [et al.]: Vera Dodebei, Francisco R. de Farias, Jô Gondar (Org.) – 1. ed. – Rio de Janeiro : Híbrida, 2016. p. 19-40*

GRAEFF, Lucas; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Maurice Halbwachs: dos quadros sociais à memória coletiva. *In: BERND, Zilá; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes(orgs.). Memória Social: revisitando autores e conceitos*. Canoas, RS: Ed Unilasalle, 2018.

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Concepción: Universidade de la Concepción: Caracas: Universidade Central da Venezuela, 2004.

HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. *In: ____*. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. p. 9-40.

IZQUIERDO, I. A.; MYSKIW, J. de C.; BENETTI, F.; FURINI, C. R. G. Memória: tipos e mecanismos – achados recentes. *Revista USP, [S. l.]*, n. 98, p. 9-16, 2013. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i98p9-16. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/69221>. Acesso em: 23 maio. 2023.

PERALTA, Elsa. Abordagens Teóricas ao Estudo da Memória Social: Uma Resenha Crítica. *Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória*, 2, 2007. Disponível em: dialnet.unirioja.es. Acesso em 24 de

abril de 2023.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento – tradução Alain François [et a l.]. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p.423-462.

ROSÁRIO, C. C. do. O lugar mítico da memória. Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social, [S. l.], v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <http://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4011>. Acesso em: 23 maio. 2023.